



Debate moderado por: Prof. Doutor David Justino

Mês de Abril

Workshop I:

Data: 13 de Abril de 2012

Orador: Prof. Doutor David Justino – Investigador CesNova

Título: Escola e modernidade: a visão romântica do ensino, no séc. XIX em Portugal

Resumo da comunicação

As primeiras três décadas do regime liberal saído da Guerra Civil de 1832-1834 foram marcadas por um intenso debate sobre quais os objectivos e meios que deveriam presidir à estruturação de um sistema de ensino à escala nacional em Portugal. Desses debates retiraram-se as grandes linhas de fractura ideológica sobre a educação que tenderão a ser reproduzidas nas décadas seguintes, sem que a cobertura da rede escolar ou os níveis de alfabetização consigam corresponder aos anseios das elites liberais. Entre essas narrativas destacam-se as daqueles que tentando replicar em Portugal o paradigma da escola moderna e laica eram frequentemente confrontados com as oposições sustentadas nas visões tradicionalistas e românticas do ensino. Este workshop pretende identificar esses dois referenciais ideológicos a partir do discurso político e da literatura sobre a educação.

Workshop II:

Data: 20 de Abril de 2012

Orador: João Rodrigues – Investigador CesNova - Doutorando em Ciências da Educação

Título: Tempo escolar

Resumo da comunicação

Neste workshop mostra-se o estado da investigação em curso no âmbito do projecto “A estruturação do tempo escolar: as lógicas da mudança e a optimização do uso do tempo em contexto de Escola Básica.” Apresentam-se alguns dados produzidos na análise de fontes legislativas primárias que cobrem o período da Reforma dos Estudos Menores (séc. XVIII) até ao final do séc. XIX. Sistematizam-se as mudanças anotadas procurando compreender as lógicas que as produziram. Efectua-se um ensaio comparativo com Espanha. Esboçam-se conclusões provisórias e oferecem-se novas e renovadas interrogações.

Vamos documentar o ciclo de regulamentação do moderno subsistema de educação estatal, em que o estado nacional, usando argumentos utilitários, troca de papel com a igreja; a racionalidade higiénica emerge e enquadra novas interrupções do calendário escolar; a psicologia descobre o stress e converge nas preocupações higiénicas; os actores significativos promovem as interrupções para férias, o dimensionamento do curso e um novo espaço-tempo para a escola de primeiro e segundo grau.

Workshop III

Data: 27 de Abril de 2012

Oradora: Sílvia de Almeida – Investigadora CESNOVA - Doutoranda em Sociologia

Título: Processo de socialização do currículo da escola primária pública: Perspectiva histórico-sociológica (1820-1862)

Resumo da comunicação

O presente Workshop visa apresentar a primeira parte do nosso projecto sobre o processo de socialização do currículo escolar da escola primária, durante o liberalismo português. O processo de institucionalização da escola primária pelos Estados, durante o séc. XIX, destinada a todas as classes sociais, consubstanciou uma profunda transformação na cultura escolar materializada no currículo moderno. No caso português, a nova configuração do currículo escolar, introduzida pelas reformas liberais, pautou-se por um projecto geral de modernização da sociedade portuguesa e da “construção da nação”: inclui as ciências (matemática), os valores morais secularizados ou cívicos (moral, noções de constituição), conhecimentos técnicos direccionados para a esfera do trabalho (desenho lineal, geometria) e a inculcação de sentimentos de pertença nacional (a História, geografia e língua da pátria). Dessa forma, a construção do Estado-nação português e a modernização social implícita nos projectos liberais, parecem ter sido elementos estruturantes das políticas educativas do séc. XIX.

O objectivo do Workshop é de abordar o processo de socialização do currículo da escola primária, balizado entre 1820 e 1862, a partir das disposições legais e da sua efectividade nas práticas escolares. Em relação às disposições legais, convocamos a estrutura curricular, a

preponderância de certas matérias e os manuais oficiais para o seu ensino. Partimos da hipótese que os manuais operam como um dos principais instrumentos para a concretização do projecto liberal escolar, na medida em que não são elaborados programas para as matérias de ensino. No que respeita às práticas escolares, fazemos uso dos dados sobre os manuais adoptados nas escolas, em 1862 a partir de uma fonte inédita – Inquérito da *Inspecção das Escolas Públicas e Livres do Reino*. Trata-se do primeiro inquérito aplicado às escolas primárias do país que é, pela primeira vez, estatisticamente tratado.

Mês de Maio

Workshop IV:

Data: 4 Maio de 2012

Orador: Prof. Doutor David Justino - Investigador CesNova

Título: Contribuição para um modelo de análise das desigualdades educativas.

Resumo da comunicação:

A interacção das desigualdades educativas com as desigualdades sociais tem sido objecto privilegiado da teoria sociológica, quer a que tende a privilegiar a abordagem a partir da sociologia da educação, quer a que partindo de modelos de estratificação social pretende explicar e identificar os mecanismos de reprodução social através da escola e dos sistemas de ensino.

Na presente comunicação pretende-se apresentar uma perspectiva compreensiva das desigualdades sociais expressas através das desigualdades educativas. O ponto de partida é o das representações sociais que o senso comum tende a produzir sobre os factores de sucesso e insucesso escolares ancorados pelas desigualdades sociais. A problemática das desigualdades educativas será situada nos contextos dos diferentes modelos teóricos e, considerando o caso português, servirá de base para a apresentação de um modelo compreensivo de explicação dos mecanismos de reprodução dessas desigualdades.

Workshop V:

Data: 11 de Maio de 2012

Oradora: Eva Gonçalves – Investigadora CesNova – Doutoranda em Sociologia

Título: Interação Escola-Família – uma comparação das políticas educativas europeias

Resumo da comunicação

A constante presença do debate à volta da problemática da interação escola-família na sociedade atual procura responder quer à premissa de que nas sociedades atuais todos os alunos têm de frequentar a escola e com sucesso escolar (Rodrigues, 2010; Benavente, 1993), quer à dificuldade em promover a participação das famílias nas escolas, sobretudo em países onde a participação cívica e a responsabilização social são baixas, exigindo o despertar dos professores para a necessidade de trabalhar em parceria com as famílias dos alunos (Coleman e Schneider, 1993; Epstein, 2009; Davies, 1996).

O objetivo da investigação será analisar o que as políticas públicas possibilitam às e exigem das famílias relativamente à participação na escola e ao envolvimento parental nos trajetos escolares dos educandos e de verificar se existe uma interferência da escola nas dinâmicas familiares e que poderá colocar em causa a distinção entre a esfera do público e a esfera do privado.

Serão analisadas e comparadas as políticas educativas de incentivo à interação escola-família de países europeus representantes de diferentes ideologias, com níveis de participação cívica e responsabilização social e sistemas educativos distintos e resultados escolares diferenciados, de forma a tentar posicionar Portugal numa escala de interação escola-família. Ou seja, quanto à capacidade que se espera que as escolas tenham em integrar os pais dos seus alunos em atividades pedagógicas, em casa e na escola, e de gestão escolar. A análise terá em conta que apesar da tentativa de construção de um modelo europeu de educação da União Europeia (Nóvoa, 2002), os sistemas educativos europeus continuam bastante diferenciados entre si. Dessa forma, de acordo com Nóvoa, é importante que os estudos comparados das políticas educativas tenham como principal objectivo ultrapassar esses limites e descobrir o que existe de comum (Idem, 2002).

Os países serão selecionados após análise de dados da OCDE (PISA) e do Eurydice em que se procurará constituir conjuntos de países cujos sistemas educativos tenham sido influenciados por ideologias distintas, em que os níveis de participação e responsabilização cívica sejam diferentes e ainda relativamente à sua caracterização no que respeita à participação ou direitos dos pais dos alunos nas escolas/trajetos escolares dos filhos e quanto aos resultados escolares (o que implica uma análise ao grau de autonomia das escolas). Uma primeira análise aos indicadores relativos à autonomias das escolas e dos professores (Eurydice, 2007) parece sugerir três conjuntos de países influenciados pelas ideologias históricas correspondentes: universalismo de França, Comunitarismo da Dinamarca e Individualismo de Inglaterra (Osborn, Broadfoot, Mcness, Ravn, Planet & Triggs, 2003).

No primeiro conjunto para além da França temos a Itália, países caracterizados por uma baixa ou mesmo nula autonomia para a maioria dos indicadores analisados. Juntamente com a Dinamarca surgem a Finlândia e a Hungria com um grau elevado de autonomia. E, no último, o Reino Unido é acompanhado pela Holanda, Bulgária e Portugal onde se verificam níveis consideráveis de autonomia, mas em que existe ainda um papel do governo central ou de instituições locais bastante forte, por exemplo, no processo de avaliação das escolas.

As políticas dos países selecionados serão analisadas através da análise comparada de informações sobre os seus sistemas educativos, sobretudo quanto às suas histórias, medidas de política e características relativas à interação escola-família.

Workshop VI:

Data: 25 de Maio de 2012

Oradora: Liliana Pascueiro – Investigadora CesNova

Título: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO AO TEMA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR. A presença de novos públicos em contexto universitário

Resumo da comunicação

Os últimos 30 anos de políticas públicas educativas incentivaram o processo de democratização e, com este, o aparecimento de novos públicos no ensino superior, dos quais destacamos a população adulta (aqui considerada com 23 ou mais anos). O aumento considerável deste público tem ainda outras justificações, como o desenvolvimento de uma sociedade do conhecimento e uma maior abertura do sistema de ensino. Apesar da aparente concretização da democratização do acesso ao ensino, uma análise mais focalizada parece-nos levar a outras questões sobre o fenómeno: o aumento do número de alunos adultos no sistema de ensino superior contribuirá para o alargamento da diversidade social no sistema de ensino superior? Será o acesso desta população indiferenciado em termos de áreas de estudo? Ou continuará a ser um sistema pautado pela presença de nichos de elitismo?

Mês de Junho

Workshop VII:

Data: 1 de Junho de 2012

Oradora: Susana Batista - Investigadora CesNova - Doutoranda em Sociologia

Título: Entre o global e o nacional: políticas de (des)centralização e autonomia das escolas na União Europeia

Resumo da comunicação

Nas últimas décadas, reformas de (des)centralização dos sistemas educativos e autonomia das escolas multiplicaram-se em diversos países europeus. Assumindo contornos e significados distintos, essas progressivas redefinições de competências entre atores educativos tornaram inoperante a clássica distinção entre sistemas centralizados e descentralizados proposta por Archer (1979).

O papel da avaliação em todas as dimensões das políticas educativas e respetivos atores permite-nos compreender o significado dessas transformações na organização dos sistemas educativos. A relativa convergência das políticas educativas europeias tem sido examinada com recurso a conceitos como “Estado Avaliador” (Neave, 1989; Broadfoot, 1996) ou “Quase-Mercado” (Whitty, 1996; Maroy, 2004).

Neste workshop reflete-se sobre os novos arranjos institucionais, o tipo de atores envolvidos nos processos de tomada de decisão, a sua relação e o tipo de competências (des)centralizadas no espaço da União Europeia. Mais precisamente, são identificados elementos comuns que possam ser explicados com referência ao papel da avaliação na repartição de competências (Normand e Derouet, 2011). Simultaneamente, a construção de uma tipologia permitirá caracterizar os principais padrões de configuração de relações e competências dos atores educativos, examinando como grupos de países medeiam, de forma particular, essas orientações comuns (Van Haecht, 1998). Para proceder à análise comparada, mobiliza-se um conjunto de dados disponíveis em fontes secundárias (OECD, Eurydice).

Workshop VIII:

Data: 08 de Junho de 2012

Oradora: Soraia Cunha – Investigadora CesNova – Mestranda em Sociologia

Título: Formação das Expectativas Escolares dos Alunos.

Resumo da comunicação

O risco do investimento educativo na actual situação de incerteza dos benefícios académico que resultarão dos custos despendidos poderá orientar os jovens e os seus familiares a aspirarem e projectarem percursos académicos mais curtos, procurando o menor risco de acção. Tal resulta da ponderação e cálculo entre os custos e os benefícios das escolhas tomadas e o risco e probabilidade de atingir os objectivos desejados sem custos elevados e que ultrapassem as suas posses. Desta forma, existe uma dualidade de efeitos da percepção que os alunos possuem do actual sistema de oportunidades (resultante da importância dos diplomas, situação do mercado de trabalho e desemprego) que poderá resultar em desiguais atitudes e acções perante o sistema educativo. Desta forma, propomo-nos a compreender sob que condições os alunos desenvolvem determinadas expectativas e escolhem caminhos escolares específicos – pesando nomeadamente o processo de escolha racional, as disposições sociais e as aspirações dos familiares – orientando o seu desempenho em função dos objectivos que pretendam alcançar.

Assim sendo, consideramos fundamental perceber em que medida as expectativas académicas são socialmente orientadas; se de facto, as projecções dos alunos traduzem as aspirações que os familiares constroem em relação ao seu futuro; e em última instância se estas conseguem de facto, determinar as próprias expectativas dos jovens e consequentemente o seu desempenho académico. Neste sentido, descobrimos que, condicionados pela origem social, nomeadamente sob efeito do nível de instrução dos pais, os alunos tendem a criar expectativas de futuro baseadas na experiência que têm das suas competências e do seu desempenho académico, fortemente correlacionados com o seu sistema de oportunidades e com as aspirações parentais – quanto mais escolarizados forem ambos os progenitores, maiores são as aspirações que estes criam sobre o futuro educativo e profissional dos alunos, que resulta em projecções exigentes dos próprios estudantes (ao nível do ensino superior), orientando consequentemente e positivamente os resultados escolares.